



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



HABEAS CORPUS Nº 0313847-4

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000202-13.2013.8.17.0150

COMARCA : Águas Belas – Vara Única
IMPETRANTE : Luiz Dimas Pontes Vieira
PACIENTE : Diego Carlos da Silva
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz
SUBSTITUTO : Convocado

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. EXCESSO DE PRAZO. FEITO QUE TRAMITA DENTRO DOS LIMITES DA RAZOABILIDADE. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. PEDIDO DE EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Tendo em vista que, ao menos nesse momento processual, o feito corre em tempo razoável e o magistrado processante tem sido diligente em sua condução, não se faz possível o acolhimento da alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

II – Considerando que o impetrante não desincumbiu em trazer aos autos cópia do decreto preventivo, e a decisão que indeferiu liberdade provisória foi respaldada na persistência do *periculum libertatis* do paciente, além do que o impetrante sequer trouxe aos autos a comprovação das condições pessoais favoráveis que alega gozar o paciente, é de se ter por inviável a concessão de liberdade provisória em favor do paciente.

III – Encontrando-se dois co-denunciados em situações diferentes, a concessão de uma benesse a um não aproveita necessariamente ao outro.

IV - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0313847-4, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº 0313847-4

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000202-13.2013.8.17.0150

COMARCA : Águas Belas – Vara Única
IMPETRANTE : Luiz Dimas Pontes Vieira
PACIENTE : Diego Carlos da Silva
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz
SUBSTITUTO : Convocado

RELATÓRIO

O advogado **Luiz Dimas Pontes Vieira** impetrou a presente ordem de *Habeas Corpus* liberatório em favor de **Diego Carlos da Silva**, sob a alegação de que o ora paciente, preso em flagrante delito desde o dia 24 de fevereiro do corrente ano, prisão esta convertida em preventiva, vem sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº **000202-13.2013.8.17.0150**, a que responde perante a Vara Única da Comarca de Águas Belas, neste estado, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, bem como em razão da falta de apreciação pela autoridade apontada coatora do pedido de liberdade provisória formulado em seu favor.

Argumenta, ainda, o impetrante, que o paciente preenche os requisitos para a concessão de liberdade provisória por ser pessoa íntegra, de bons antecedentes, possuir endereço certo e profissão lícita e a espécie não se amoldar a qualquer das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal, razão pela qual pugna pela concessão da benesse.

Por fim, o impetrante noticia que em favor do também denunciado **Waka Frederico** foi concedida pela autoridade coatora liberdade provisória, razão pela qual pugna, com esteio no artigo 580 do CPP, pela extensão do benefício ao paciente.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 9/23.

À fl. 30, indeferi o provimento liminar vindicado e solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 37/38.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofereceu parecer (fls. 67/68v) opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



HABEAS CORPUS Nº 0313847-4

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 000202-13.2013.8.17.0150

COMARCA : Águas Belas – Vara Única
IMPETRANTE : Luiz Dimas Pontes Vieira
PACIENTE : Diego Carlos da Silva
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz
SUBSTITUTO : Convocado

VOTO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório em que o impetrante alega que o paciente, preso em flagrante delito desde o dia 24 de fevereiro do corrente ano, prisão esta convertida em preventiva, vem sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº 000202-13.2013.8.17.0150, a que responde perante a Vara Única da Comarca de Águas Belas, neste estado, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, bem como em razão da falta de apreciação pela autoridade apontada coatora do pedido de liberdade provisória formulado em seu favor.

Argumenta, ainda, o impetrante, que o paciente preenche os requisitos para a concessão de liberdade provisória por ser pessoa íntegra, de bons antecedentes, possuir endereço certo e profissão lícita e a espécie não se amoldar a qualquer das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal, razão pela qual pugna pela concessão da benesse.

Por fim, o impetrante noticia que em favor do também denunciado Waka Frederico foi concedida pela autoridade coatora liberdade provisória, razão pela qual pugna, com esteio no artigo 580 do CPP, pela extensão do benefício ao paciente.

O paciente responde ao crime em referência juntamente com Waka Frederico e Izaac Rodrigues Cavalcante.

Primeiramente, melhor sorte não socorre ao paciente no que pertine à alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



É certo que eventual excesso de prazo depende de exame acurado não somente do prazo legal máximo previsto para o término da instrução criminal (critério do prazo fixo), mas também dos critérios que compõe o princípio da razoabilidade (complexidade do processo, comportamento da parte e diligência da autoridade judiciária no impulso do processo penal), e que permitem a dilação desse prazo até o limite do razoável.

Na hipótese vertente, o paciente se encontra encarcerado desde 24 de fevereiro do corrente ano por força de prisão em flagrante delito convertida em preventiva e a instrução criminal já foi iniciada com a realização de audiência em que só não foi encerrado o sumário de culpa em razão da necessidade de ouvida da vítima, diligência já providenciada com a expedição de carta precatória à Comarca de São Paulo, conforme se vê de cópia de ata acostada dos autos às fls. 15/19.

Desse modo, é de se constatar que, ao menos nesse momento processual, o feito corre em tempo razoável e o magistrado processante tem sido diligente em sua condução, razão pela qual não se faz possível o acolhimento da alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Vale registrar que, conforme noticiou o magistrado processante, foi expedida carta precatória para a ouvida de uma testemunha, diligência esta que demanda mais tempo para o seu cumprimento e, portanto, justifica o excesso de prazo.

À vista de tais considerações, eventual ultrapassagem dos prazos legais afigura-se dentro dos contornos da razoabilidade, não se havendo falar, por tal motivo, em constrangimento ilegal.

No que pertine à alegação de falta de apreciação pela autoridade apontada coatora do pedido de liberdade provisória formulado em seu favor, melhor sorte também não socorre ao paciente.

É que tal pleito foi apreciado pelo togado monocrático, o qual, entendendo persistirem as razões que lastrearam a prisão preventiva, indeferiu liberdade provisória ao paciente, conforme se vê da decisão acostada aos autos pelo próprio impetrante às fls. 21/22.

In casu, o impetrante não desincumbiu em trazer aos autos cópia do decreto preventivo, e a decisão que indeferiu liberdade provisória, repita-se, foi respaldada na persistência do *periculum libertatis* do paciente, além do que o impetrante sequer trouxe aos autos a comprovação das condições pessoais favoráveis que alega gozar o paciente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



Por fim, verifico incabível o pedido de extensão formulado tendo em vista não se encontram os co-denunciados em situação semelhante.

É que se tem notícia nos autos de que a liberdade provisória foi concedida em favor de Waka Frederico em razão da inexistência de indícios suficientes de autoria com relação a ele, o que não se verifica relativamente ao ora paciente, o qual confessou sua participação no crime perante a autoridade policial e judiciária.

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial,
DENEGO a ordem.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto